

Congresso Nacional autoriza reajuste salarial para policiais e bombeiros do DF

Texto segue agora para sanção do presidente Jair Bolsonaro, que tem até o início de junho para se manifestar. A expectativa é que o projeto seja sancionado integralmente

Em sessão do Congresso Nacional realizada na última semana, os parlamentares aprovaram o projeto de lei (PLN) 1/2020, que autoriza a concessão de reajuste salarial em 2020 para os bombeiros, policiais civis e militares do Distrito Federal (DF).

A permissão se estende também aos servidores militares dos estados do Amapá, Rondônia e Roraima que trabalharam quando esses estados eram territórios federais, uma vez que os seus salários também são custeados pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Cabe observar que o reajuste ainda precisará ser confirmado em proposta do governo federal, uma vez que o PLN 1/2020 apenas autoriza que ele seja proposto.

Durante a votação, a matéria foi muito defendida por parlamentares do DF, que argumentaram que as categorias de segurança estão com salários defasados há 10 anos e que o acordo para aprovação do projeto foi construído inclusive com o presidente Jair Bolsonaro, ainda em 2019. O principal articulador para aprovação da proposta no Congresso foi o senador Izalci Lucas (PSDB/DF), que durante a sessão lembrou o histórico da negociação do reajuste. O relator do projeto, senador Eduardo Gomes (MDB/TO), líder do governo no Congresso, destacou ainda a importância desses profissionais para o combate à pandemia do coronavírus no DF.

Houve, contudo, parlamentares que argumentaram contrariamente à proposta e que, apesar de reconhecerem a importância do trabalho dos profissionais de segurança, defenderam que o momento atual seria inoportuno para a autorização de um reajuste salarial. Além disso, alguns congressistas se manifestaram para criticar a recomposição de salário somente para os profissionais de segurança do DF e dos ex-territórios da União, ressaltando a disparidade remuneratória entre esses profissionais e a dos demais estados brasileiros.

Ao final, o PLN 1/2020 foi aprovado, tendo recebido 430 votos favoráveis, 43 contrários e 3 abstenções entre os deputados, e 70 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção entre os senadores. A matéria segue agora para sanção do presidente Bolsonaro, que tem até o dia 3 de junho para se manifestar. No entanto, como o acordo foi construído envolvendo o próprio presidente, a expectativa é que o PLN seja sancionado integralmente.

Comissão externa da Câmara destinada a acompanhar as ações de vigilância sanitária e as consequências quanto ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus debaterá nesta terça-feira (12/5) a relação entre mulher, violência doméstica e a COVID-19. A reunião ocorre às 15 horas e será interativa com o público, por meio de transmissão ao vivo pela página da comissão.

A criação da comissão externa foi umas das primeiras medidas do Congresso para tratar do novo coronavírus. Ela foi instalada no início de março na Câmara, após a aprovação da Lei nº 13.979/2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Desde então, a comissão realiza reuniões semanais e já discutiu diversos assuntos relacionados à pandemia, tais como opções de tratamento, auxílio emergencial, leitos hospitalares, equipamentos de proteção individual (EPIs) e testes de diagnósticos. O colegiado também já debateu a situação dos estados do Amazonas, Amapá e Rio de Janeiro, além de já ter contado com a participação do Ministro da Saúde, Nelson Teich.

Para o debate sobre a relação entre violência doméstica e coronavírus, foram convidadas a participar da audiência a secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Britto; a presidente Nacional da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Ângela Guimarães; a secretária Estadual de Políticas para Mulheres da Bahia, Julieta Palmeira; a ex-comandante da Ronda Maria da Penha na Bahia, Major Denise Santiago; e a consultora em temas relacionados a violência contra mulher, Wania Pasinato. Também foram convidados o ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Fernando César Pereira Ferreira; e o promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher de Brasília (MPDFT), Thiago Pierobom.

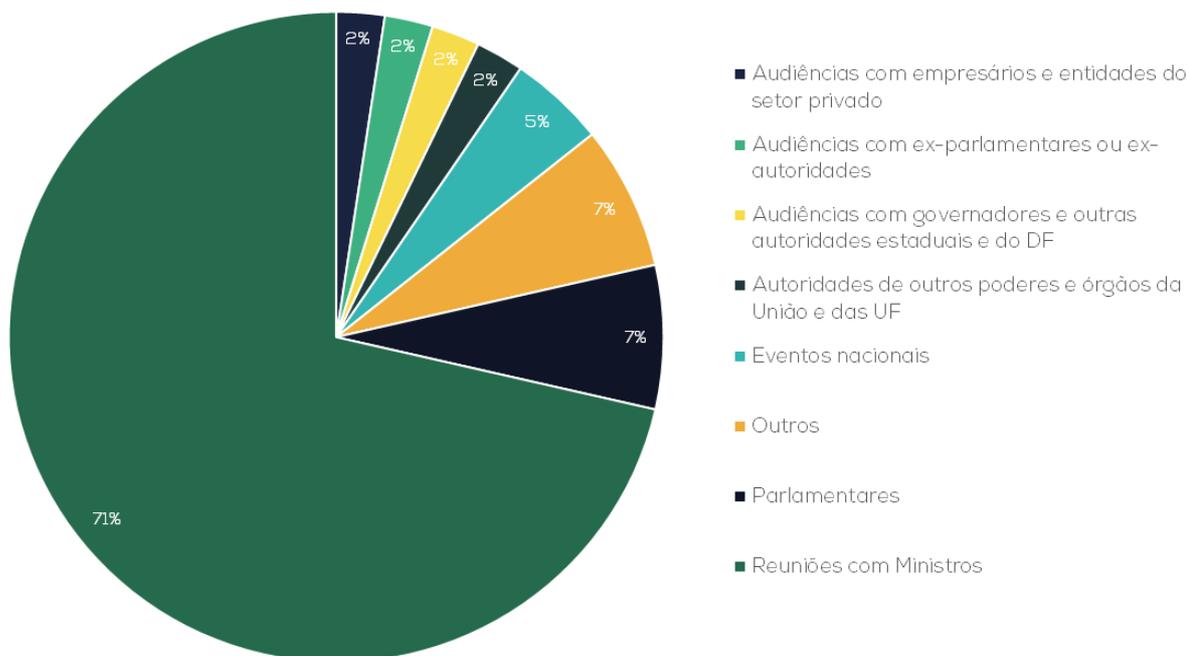
A comissão é composta por quinze membros e é coordenada pelo deputado Dr. Luiz Antônio Teixeira Jr (PP/RJ). Ao final dos trabalhos, a deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC) produzirá um relatório com um balanço das atividades da comissão.

Executivo

Na semana passada, o presidente Jair Bolsonaro lançou a Campanha de Conscientização e Enfrentamento à Violência Doméstica. A campanha é uma parceria entre o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Cidadania. O tema da campanha será: "Denuncie a violência doméstica. Para algumas famílias, o isolamento está sendo ainda mais difícil". Além dos ministros Damares Alves e Onyx Lorenzoni, esteve presente também o ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça.

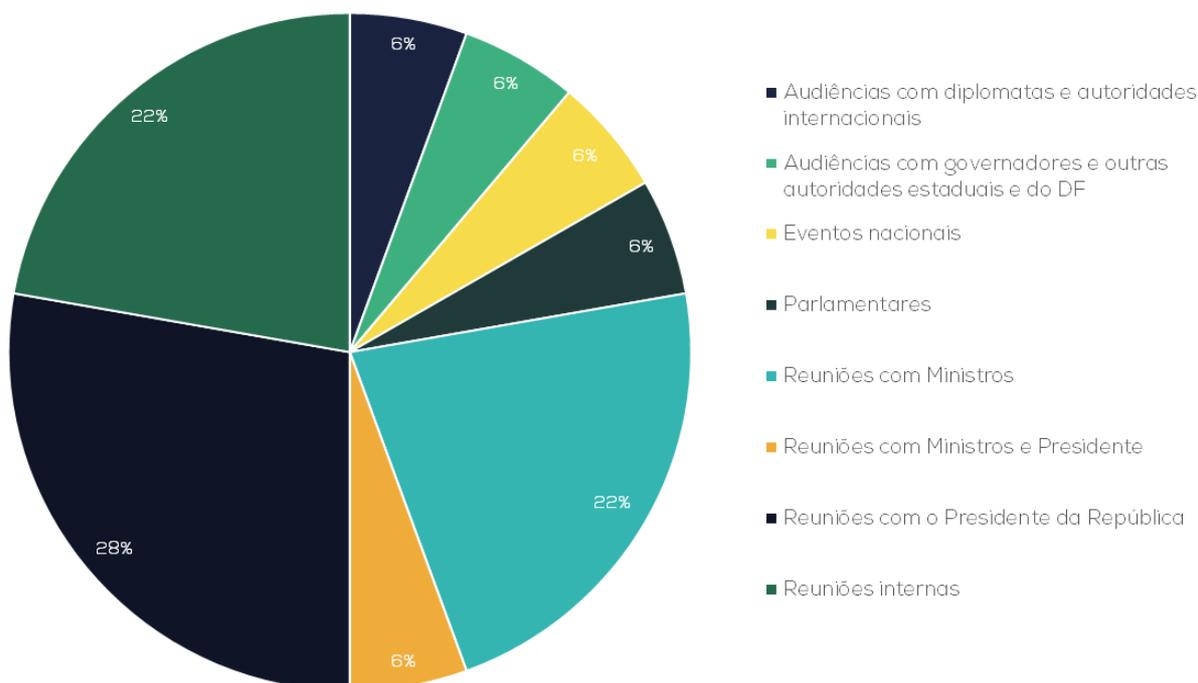
O vice-presidente Hamilton Mourão participou de três videoconferências organizadas pela XP Investimentos, pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira e Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base, respectivamente. Mourão também se reuniu com o Embaixador da União Europeia, Ignacio Ybáñez.

Agenda oficial do Presidente da República, entre 11/05 e 17/05



O ministro da Justiça e Segurança Pública André Mendonça participou de videoconferência com os Secretários Estaduais de Administração Penitenciária. Mendonça também se reuniu com o Embaixador dos EUA, Todd Chapman. O secretário Nacional de Segurança Pública, Guilherme Theophilo, e o diretor-geral do DEPEN, Fabiano Bordignon cumpriram expediente interno.

Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 11/05 e 17/05



O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas listadas abaixo. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "[Agenda](#)".

- *Presidente da República;*
- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-6tueq-azrss-9bjb7-5pvpb-ce2kt-m25s7-ekv3y>

